

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A SPdH/Groundforce é uma empresa do Grupo TAP com mais de 2400 trabalhadores (depois de, com a atual crise, ter já procedido a perto de mil despedimentos por via da não renovação de contratos a trabalhadores precários, a prestadores de serviços e a ETT).

A empresa foi separada da TAP e posteriormente privatizada a 50,1% (por duas vezes, depois do falhanço estrondoso da primeira privatização) por imposição das medidas europeias destinadas a impor a concentração e centralização no sector à escala europeia. Sendo uma empresa de Assistência em Escala, está com a sua atividade seriamente reduzida desde março de 2020, fruto da pandemia e das medidas adotadas para a sua contenção.

Como o PCP sinalizou logo em março de 2020, em iniciativa legislativa discutida e rejeitada então na Assembleia da República, a SPdH só poderia sobreviver com um conjunto de medidas que salvaguardassem a sua solvência durante o período de restrição da circulação aérea, e tal deveria ser considerada no quadro dos planos de contingência públicos para o sector.

Tal não aconteceu, antes pelo contrário. O Governo optou por não adotar um plano de contingência para o sector, e avançou com um plano de reestruturação da TAP no qual, ainda por cima, se propõe reduzir a participação da TAP na SPdH, assume pretender negociar uma redução de custos com a Assistência em Escala superior a 28% a partir de 2023 e até admite vir a utilizar outro operador de Assistência em Escala.

Estão todos os ingredientes reunidos para ser lançado um megaprocesso de pressão e chantagem sobre a SPdH e os seus trabalhadores, na abordagem de pressão e chantagem já utilizada na TAP: os salários e a contratação, ou o emprego.

Aquilo que aconteceu esta semana, com o inaceitável anúncio de que os salários de fevereiro não seriam pagos, é mais uma peça vergonhosa deste processo de chantagem sobre os trabalhadores, de que o Governo não se pode alhear nem desresponsabilizar, pois foi atempadamente alertado pelo PCP, por Sindicatos e pela Comissão de Trabalhadores.

Não pode haver indefinições: ou o Governo trava imediatamente este processo, ou estará objetivamente a apoiar as práticas chantagistas de aproveitamento da pandemia para impor medidas há muito planeadas, e não a tomar medidas para ajudar as empresas e os trabalhadores a superar a pandemia.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos:

- Que medidas vai o Governo adotar para ajudar a SPdH e os seus trabalhadores a superarem a atual crise?

Palácio de São Bento, 1 de março de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)